LEITURA E ESCRITA: NOVOS OLHARES, NOVOS SENTIDOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA[1]

Aparecida Santos Lima*
Maria José de Andrade Santos*

RESUMO

Este artigo discute novos olhares e sentidos para as práticas pedagógicas na aquisição de habilidades de leitura e escrita. São muitas as deficiências que ocasionam a má formação de leitores e escritores, porém o contexto social exige pessoas capazes de interagir, de compreender e de se fazer compreender, ficando a cargo da família, da escola e do Estado o desafio de formar indivíduos autônomos, competentes, conscientes e promotores de transformação social.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Escrita. Leitura. Escola. Formação do professor.

INTRODUÇÃO

Durante estes quatro anos, ao longo de nossa formação acadêmica, um dos aspectos que mais nos entusiasmaram foi a atuação da professora de Metodologia da Língua Portuguesa, cujo empenho para inovar sua própria práxis incentivou a escolha da temática para este trabalho. Ao integrar e dinamizar as aulas de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, reorientou a nossa aprendizagem quanto ao ensino da leitura e da escrita. Tal metodologia nos despertou para a problemática que já havíamos percebido em nossa vivência acadêmica: a grande dificuldade que estudantes, seja na escolarização inicial ou na graduação, têm em ler fluentemente, produzir e interpretar textos, competências necessárias para formar um indivíduo crítico e responsável, consciente de seus direitos e deveres.

---

*Acadêmicas do 8º Período do Curso de Pedagogia da Faculdade São Luis de França
[1] Trabalho elaborado sob orientação da Profª Msc. Andréa Hermínia de A. Oliveira e co-orientação da Profª Suely Mendes Braga.

O tema deste artigo surgiu ao observarmos, em nossa rotina acadêmica, os procedimentos metodológicos de determinados professores e a dificuldade que nós, acadêmicos, temos em interpretar textos e expressar nossas idéias por meio da produção textual, percebendo que é papel do professor incorporar práticas que desenvolvam no aluno habilidades de leitura e escrita, pois o educador deve reconhecer que sua função não é ensinar letras, mas construir bases para que o aluno desenvolva essas habilidades.

Preocupadas com a situação em foco, resolvemos entender as causas dessa deficiência, pois as grandes mudanças que ocorrem no mundo, e por conseqüência, em nosso cotidiano, exigem pessoas hábeis para interagir numa sociedade dinâmica e globalizada, capazes de construir e reconstruir a linguagem de acordo com o contexto social, diante da necessidade de estabelecer diálogos que alcancem uma reciprocidade entre locutor e interlocutor. Por isso, não podemos parar no tempo e continuar mantendo as mesmas técnicas de ensino defasadas, mas sim promover inovações que possibilitem a construção de conhecimentos que tenham sentido para a vida do aluno, associando a aprendizagem construída em sala de aula à sua rotina, ao seu conhecimento prático.

Nesse contexto, coloca-se para a educação o desafio de formar leitores conscientes e formadores de opinião. Portanto, a partir dessas observações, decidimos investigar as deficiências na formação de leitores e escritores, e como o professor pode trabalhar metodologias que possibilitem novos olhares e sentidos para a prática pedagógica de leitura e escrita, com o objetivo de formar leitores e escritores conscientes, já que o que se vê em sala de aula é uma leitura repetitiva e sem sentido, com a decodificação das palavras de forma aleatória, transformando a prática de leitura em tarefa cansativa, árdua e maçante, sem significado para o sujeito-leitor.

Uma das tarefas do professor é criar hábitos de leitura e escrita em seus alunos através de sua práxis, incentivando e motivando a busca de novos textos e novas formas de entendê-los. Pois, para formar leitores conscientes é necessário que haja uma relação entre o interesse e a vivência, que possibilite ao aprendiz conhecer, relacionar, contextualizar e interpretar os textos e os problemas da sua realidade, articulando o conhecimento em interação com o mundo, em busca de

alternativas para os problemas sociais, o que os leva a participar criticamente da sociedade, construindo e reconstruindo suas próprias histórias.

Para aprofundar conhecimentos sobre o tema em foco, este trabalho teve como embasamento teórico a pesquisa bibliográfica, que se realizou de forma exploratória e qualitativa. Segundo GIL (1999, p.65), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Inicialmente, deu-se a ampliação das fontes bibliográficas, por meio de pesquisas digitais e documentais de vários autores relacionados ao nosso objeto de estudo, pois a coleta de dados nessa modalidade de pesquisa

> abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., (...).Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto(...) (LAKATOS, 2003, p.183)

Em seguida, os materiais colhidos foram ordenados, fichados e analisados, a fim de subsidiar a redação deste artigo.

Investigamos novos olhares e novos sentidos na prática pedagógica que possibilitem a aquisição de habilidades de leitura e escrita, a partir dos referenciais teóricos estudados, analisando deficiências na formação de leitores/escritores, discutindo as principais causas e efeitos destas deficiências para o processo de ensino aprendizagem, bem como apontando possíveis metodologias que aprimorem a habilidade de interpretar e produzir textos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (1997), para que haja uma participação efetiva do indivíduo na sociedade, é necessário que ele domine plenamente a língua oral e escrita, pois é através dela que ele se comunica, tem acesso às informações, se expressa e defende seus pontos de vista, cabendo à escola garantir a todos o acesso aos saberes lingüísticos que formam alunos para o exercício da cidadania. O documento aponta que uma das causas do fracasso escolar é a deficiência da aprendizagem da leitura e da escrita desde as séries iniciais, e orienta procedimentos para reformulação da prática pedagógica para o ensino da língua materna.

Embora seja papel da instituição escolar formar leitores e escritores conscientes, observa-se que ela ainda não consegue desenvolver esta tarefa com eficiência, pois utiliza uma concepção simplista de análise estrutural do texto, fragmentando-o e dando-se pouca ênfase à leitura, elevando o índice de analfabetos funcionais e alunos que a cada ano saem dos bancos escolares sem o hábito de ler e escrever, dificuldades que os acompanham em todas as esferas de sua vida, pois aquele que não compreende o que lê, não sabe se expressar de forma coerente e coesa, ficando, portanto impossibilitado de interagir com o mundo e com os outros.

As habilidades comunicativas básicas, como falar, ouvir, expressar-se, interagir, só ocorrem através desse processo constante de reconstrução da linguagem mediado pelo diálogo, na convivência e na relação das pessoas, conforme afirma Bakhtin, citado por Pinheiro (2009), que considera que a língua materna não pode ser ensinada por meio de dicionários ou manuais de gramática, mas a partir da inter-relação dos sujeitos, pois a língua só existe em função do uso que locutores e interlocutores fazem dela.

Para Martins (2007), observar a linguagem sob uma ótica diferente, desmistificando tabus lingüísticos, possibilita novos sentidos à aquisição das habilidades de leitura e produção textual na escola, já que o ato de ler sempre foi visto como decodificação de palavras, com signos lingüísticos que precisam ser decorados. Na análise desta autora, apesar de séculos de civilização, essa situação ainda não se modificou, continuamos com educadores que priorizam a prática formal e mecanicista de ensinar a ler, ignorando a verdadeira função da leitura e seu papel na vida do indivíduo e da sociedade.

Tal forma de ensino pressupõe que a língua já esteja de antemão pronta, com uma linguagem própria para cada ocasião, independentemente da interação social, do que discorda Geraldi (1997), que considera a necessidade da interação verbal para a produção da linguagem e dos sujeitos, processo constitutivo do ser social, sua consciência e seu conhecimento de mundo. O autor crê que essa interação só ocorre dentro de um contexto social e histórico amplo, sofrendo suas interferências, controles e seleções, de forma que a atividade de linguagem está em constante processo de reconstrução.

Essa concepção de linguagem dissociada da interação verbal relaciona o ato de ler com a escrita, em que o leitor apenas codifica e decodifica os sinais no texto

visto, como um conjunto de palavras sem sentido amplo, o que aumenta a dificuldade de compreensão e leitura de mundo que se exige no processo interlocutivo, gerando inquietação entre pedagogos e escritores. Silva (2002) defende que os três propósitos fundamentais da leitura são: compreender a mensagem, compreender-se na mensagem e compreender-se pela mensagem, considerando que ler não é apenas uma ponte para a tomada de consciência, mas também um modo de existir, onde o indivíduo compreende e interpreta o registro da escrita e passa a compreender-se no mundo.

Ler e compreender passa a ter um significado primordial na vida do indivíduo, sendo uma das finalidades da educação do futuro, segundo Morin (2003), que acredita que o problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos, cabendo à educação cumprir o que nenhuma técnica pode ensinar ou quantificar: a missão de ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e como garantia de solidariedade intelectual e moral da humanidade, através da reforma do pensamento, articulando e organizando os conhecimentos de forma a reconhecer e conhecer os problemas do homem, pois “o conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital.” (MORIN, 2003, p.35).

1 UM BREVE OLHAR SOBRE CONCEPÇÕES DE ENSINO APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA

Tfouni (2005) define alfabetização como domínio do código e aquisição individual de habilidades da leitura e escrita, enquanto o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição dessas habilidades, conceitos distintos, que se interligam no processo de aprendizagem, pois ler e escrever pressupõe uma transformação na visão do mundo, não podendo se limitar à aprendizagem em livros ou textos fragmentados, que restringem a ampliação do conhecimento.

Segundo Colello (2007), alfabetizar é mais do que simples técnica de codificar e decodificar signos, é dar voz ao indivíduo ao proporcionar-lhe meios críticos de participação social.

Os PCN's de Língua Portuguesa orientam o respeito às diferentes variedades dialetais, objetivo da educação, que deve livrar-se de mitos sobre a correta forma de falar e "consertar" a fala do aluno para evitar sua escrita errada, mutilando-o culturalmente e desvalorizando suas características e de sua comunidade, sendo necessário à instituição escolar "definir modificações que desterrem o mito da homogeneidade que impera na escola e o substituam pela aceitação da diversidade cultural e individual dos alunos" (LERNER, 2002, p.42).

Os referidos Parâmetros apontam a pressão do tempo como um dos fenômenos que marca decisivamente o tratamento dos conteúdos e a necessidade de revisão das práticas tradicionais de alfabetização inicial, com leitura de palavras soltas e desarticuladas, atividades mecânicas e desprovidas de sentido, o que distancia o objeto do conhecimento transmitido pelo professor daquele existente fora do ambiente escolar, fragmentando-o e descontextualizando-o.

Paulo Freire (1982) considera que a leitura do mundo e a leitura da palavra estão interligadas, pois a aprendizagem da leitura e da escrita parte das palavras e dos temas relacionados à experiência dos alfabetizandos, e se o objetivo do professor é ensinar "a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco tem a ver com a competência discursiva, que é a questão central" (PCN's, 1997, p.35), já que "para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia." (MORIN, 2003, p.36).

Martins (2007) acredita que nenhuma metodologia de alfabetização por si só é capaz de formar leitores efetivos, pois a maioria das pessoas, após essa fase, limita-se à leitura com fins pragmáticos, sem fazer a leitura de mundo que poderia trazer-lhe autonomia, diferentemente da visão da cultura do intelectual, que transmite o saber de forma manipuladora e conveniente à manutenção da cultura de massa.

Na análise de Lerner (2002), pela necessidade da instituição escolar avaliar as aprendizagens, a leitura em sala de aula fica relegada a alguns momentos utilizados pelo professor como forma de avaliar, priorizando no ensino de Língua Portuguesa a ortografia e outros exercícios escritos, desvinculados do processo de leitura e de suas práticas.

2 POR QUE TANTA DIFICULDADE PARA ENSINAR A LER E A ESCREVER?

Muitos professores, baseados na concepção científica conservadora, desconsideram os saberes, necessidades e dificuldades do aprendiz, privilegiam a passividade e o silêncio através de atividades mecânicas e superficiais, distanciam-se da relação professor/aluno, pois o que importa é o conhecimento escolar e o cumprimento de prazos. Impossibilitando-se a argumentação e a reflexão, consolida-se uma realidade escolar distanciada da concepção integradora em que conhecimento da disciplina, problemas contemporâneos, conhecimento escolar e concepções do aluno não se conectam, em detrimento de saberes transmitidos na instituição escolar sem relação entre o processo educativo e o contexto social. Isso torna estes saberes desconexos e inúteis, prevalecendo "a pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o *porquê, como e para quê."* (MARTINS, 2007, p.23)

Castanheira (2004) analisa como fatores que produzem o fracasso escolar: inadequação dos métodos pedagógicos, dificuldades na relação professor-aluno, precariedade da formação do professor, falta de infra-estrutura das escolas da rede pública de ensino. Discorda do mito presente nas escolas de que as crianças de classes populares apresentam deficiência no contexto lingüístico familiar, mostrando que a escola é que não está preparada para lidar com as diferenças lingüísticas e culturais, fator que contribui para esse fracasso. Critica também a justificativa da falta de empenho da família em relação à vida escolar do aluno, uma vez que para elas o ensino é visto como possibilidade de um futuro melhor para seus filhos.

Zilberman (1986) considera que os livros utilizados na escola, apesar da incumbência de acompanhar o estudante, funcionam como depósitos de informações que divulgam ensinamentos para o futuro, sem relação com o presente, excluindo-se a possibilidade de interpretação, exilando o leitor, pois não mantém diálogo com este, já que transmitem ensinamentos descontextualizados de sua realidade.

Brey (2007) ressalta a relevância da leitura e da escrita como atividades fundamentais ao desenvolvimento e à formação do indivíduo, relacionando as dificuldades de aprendizagem a uma “ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho escolar”, (p. 4), e que, às vezes, não são diagnosticados pela escola, ou são mal interpretados, tais como: hiperatividade, déficit de atenção, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, deficiências no planejamento e habilidades organizacionais, dentre outros.

Os PCN’s ainda apontam outra dificuldade no processo de ensinar que é a dificuldade dos educadores em operacionalizar a transposição didática, ou seja, traduzir as diretrizes do papel para a prática em sala de aula, reflexo, segundo Geraldi (2003), do sistema escolar que forma dois tipos de recursos humanos: profissionais e professores. Considerar o professor como formado pressupõe que ele esteja pronto para exercer seu trabalho com autonomia, dentro das condições históricas, entendendo que não há ponte entre a teoria e a prática, o que exige permanentes transposições.

Seja qual for o fator contribuinte para a deficiência na aprendizagem de leitura e escrita, cabe ao professor vê-lo não como um fracasso, mas como um desafio a se enfrentar para, através de suas atitudes, concepções e intervenções, despertar o interesse do aluno, investigar dúvidas, promover, através de novas metodologias, a busca pelo saber, pois mesmo se considerar cada aluno como principal agente de seu processo de aprendizagem, é necessário ver como ele aprende, suas necessidades e limitações e direcioná-lo para alcançar seus objetivos, atitude presente no verdadeiro educador.

3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E AQUISIÇÃO DE HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA

Entende-se que só se ensina o que se domina por excelência, e não há como se estimular o gosto pela leitura e pela escrita se o próprio professor não possui esse hábito. Ele precisa ser um bom leitor para formar leitores, buscando

continuamente aprender mais, mantendo sua inquietude diante das “verdades” do mundo, pois não basta a formação teórica para ser um bom professor, é preciso que o professor assuma seu papel de educador, empenhando-se na construção de uma sociedade melhor.

Lerner (2002) acredita que a função social do docente está passando por um processo de desvalorização e acrescenta que não é suficiente capacitar os professores, esperando que seu trabalho se transforme radicalmente, já que ele tem uma história como aluno e crenças sociais e escolares arraigadas em relação ao ensino e à aprendizagem que se deparam com as propostas de mudanças. Oferecem-se cursos de capacitação, no entanto não se investe em ouvir esse profissional e entender por que ele mantém determinadas convicções e práticas pedagógicas. Muitas vezes, essa mudança não depende apenas das vontades individuais dos professores. “Se se quer criar uma mudança profunda, é também imprescindível recolocar as bases da formação dos professores e promover a valorização social de sua função.” (LERNER, 2002, p.44).

Geraldi (1997) considera que o professor de qualquer nível de ensino deve abandonar a posição de detentor/transmissor de um saber para se colocar, com os alunos, em um mesmo território, o de interlocutor na construção de reflexões, interagindo em sala de aula e subsidiando, com seus conhecimentos, reflexões a respeito da linguagem.

Para Kato (1999), o professor tem um papel decisivo na aprendizagem através de suas atitudes e concepções, que determinam o tipo de sua intervenção escolar nesse processo: supervalorizando a linguagem escrita e a língua culta e ignorando a fala do aprendiz. Para esta autora é preciso valorizar ambas através de uma intervenção construtiva que envolva leitura e redação através de atividades que ajudem o aluno a complementar suas habilidades.

Zilberman (1986) crê que o texto literário possui uma diversidade de discursos, possibilitando ao aluno um conhecimento sem imposição de regras e padrões sobre a escrita. Ressalta que é papel do professor aguçar no aluno a contradição, e que numa escola fragmentada, em diversos níveis, só se conseguirá alcançar os objetivos gerais da aprendizagem da língua portuguesa com o trabalho de uma equipe disposta a construir uma visão de conjunto que permita uma ação crítica. A premissa para o docente trabalhar com leitura é que ele seja um leitor que

aprofunde sua compreensão dos livros e assuma uma postura junto aos alunos de orientador convicto de sua importância na formação de sujeitos

A autora entende que a proposta da leitura em sala de aula deve ter a intenção de resgatar sua função primordial, formar o indivíduo pensante, auto-suficiente e co-participante do mundo e da sociedade onde vive, cabendo ao professor estimular sua vivência com a obra e o enriquecimento pessoal do leitor, tornando-se mais flexível e mais próximo do aluno. Para ela, o professor não deve impor o texto em sala de aula e sim garantir ao leitor o mínimo de liberdade em sua escolha, já que nem tudo que chega à instituição educacional deve ser visto como verdade absoluta, o que contribuiria para a alienação do processo de aprendizagem, pois na maioria das vezes, esses textos são trabalhados com a função de ampliação do vocabulário, no entanto, de forma mecânica, com palavras isoladas e descontextualizadas.

É imprescindível que o professor, ao expor a variedade lingüística, possibilite o amadurecimento literário, já que é pela leitura que se atribui significação, sentido e contextualização dos conteúdos lidos, desde que não se use o texto apenas como exercícios de interpretação e fixação de normas. O professor deve colocar-se criticamente em relação aos textos propostos no material didático, explorando o texto literário como um instrumento capaz de desenvolver no sujeito-leitor habilidades de criatividade e de criticidade (ZILBERMAN, 1986).

Lerner (2002) concebe o docente como um profissional capaz de incitar em sua clientela a curiosidade sobre o verdadeiro sentido da leitura e da escrita, enquanto práticas vitais e instrumentos poderosos que possibilitam repensar o mundo, compartilhar ideais, protestar ou reclamar de posições contraditórias às próprias, reorganizando os pensamentos e construindo alternativas de superação dos desafios. Para isso, a instituição escolar necessita de mudanças no sentido de conciliar a aprendizagem da escola com o seu significado fora dela, sua utilização como prática social, inter-relacionando conteúdos escolares com práticas de leitura/escrita. O que se observa, constantemente, são jovens que concluem a escolaridade básica e deixam a sala de aula desinteressados e descompromissados com os problemas sociais e suas conseqüências, pois aprenderam apenas os conteúdos escolares, sem vinculá-los à prática social, não desenvolvendo senso e

postura crítica, tampouco apropriando-se de técnicas que os tornem sujeitos leitores e escritores, socialmente inseridos e participativos.

Nesse sentido, a autora sugere formular conteúdos de ensino que contemplem não só saberes lingüísticos, mas também comportamentos de leitores e escritores, para que o aluno entenda o texto, seu sentido, suas interpretações e informações que se articulem com os propósitos didáticos e comunicativos do texto.

Cabe, principalmente às instituições de ensino, proporcionar ao professor condições favoráveis para o exercício da prática de leitura, dispondo de biblioteca com espaço adequado, com um acervo variado e técnico que estimule e oriente pesquisas. Mas deve-se também estimular o professor, inclusive nas classes dos ciclos iniciais, para que organize momentos de leitura livre, promovendo a autonomia do aluno na escolha de suas leituras, conforme orientam os PCNs de Língua Portuguesa, inserindo em seu planejamento a valorização da leitura e da escrita diariamente, a fim de conferir-lhe a mesma importância que se dá aos outros conteúdos do currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de alfabetização, primeiro momento de contato com o mundo da leitura e da escrita, é extremamente importante na formação escolar. No entanto, o que se observa na realidade é uma espécie de descaso por parte dos gestores da educação em nosso país, que nem sempre valorizam a formação do docente que trabalha com esse estágio da escolarização. É também verificada a utilização de recursos pedagógicos defasados como cartilhas e tarefas repetitivas que transformam o ato de ler e escrever em algo mecânico e descontextualizado.

São muitas as inquietações em relação à aprendizagem da leitura e da escrita. Diversas são as deficiências apresentadas como causadoras da má formação de leitores e escritores, desde problemas cognitivos à ausência de políticas públicas e recursos financeiros, o que demanda a necessidade de ações efetivas dos órgãos educacionais, no sentido de reformulação das diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores, para que atendam

plenamente às necessidades vinculadas ao exercício profissional de um docente que chega à graduação despreparado e com uma série de dificuldades, para que formado, não continue reproduzindo o ensino recebido.

Não basta apontar causas, formular hipóteses, sugerir medidas, ações e reformas educacionais para se ter um ensino de leitura e escrita de qualidade. É preciso sanar as deficiências na formação. Não basta também apontar culpados e "encher" o docente de cursos de aperfeiçoamento que dificilmente terão aplicabilidade. Além da adequada formação dos professores, do comprometimento com sua práxis e da valorização profissional, é necessária a consciência de que nenhuma instituição por si só alcançará esse objetivo; somente a articulação dos organismos responsáveis pela educação, família, escola e Estado possibilitarão uma mudança eficaz e eficiente nãos processos educacionais.

Formar leitores e escritores é responsabilidade não somente da instituição escolar, representada, quase sempre, pela figura do professor, mas também da família e do Estado. Cabe a estas instâncias preparar indivíduos atuantes e capazes de, diante da diversidade de informações, assimilar e relacionar os saberes científicos e populares a uma postura crítica. O acesso à variedade lingüística, as relações de poder que permeiam o processo educativo, a valorização e o comprometimento do professor são apenas alguns passos a serem dados rumo à melhoria na qualidade da formação do sujeito leitor e escritor de textos e contextos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

_____ . **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Nº 9394**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** V.1: Introdução. Brasilia : MEC/SEF, 2001.

BREY, Jaqueline Kachinski; RAMOS, Paulo. **Leitura e escrita:** Sistema de comunicação humana. 2007. Disponível em

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/jaqueline%20-%20Dif.%20na%20aprendizagem.pdf. Acesso em 14/03/2010.

CASTANHEIRA, Maria Lucia; SANTIAGO, Ana Lydia. **Oralidade e escrita:** dificuldades de ensino-aprendizagem na alfabetização. 2004. Disponível em http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/ale/tetxt2.htm. Acesso em 19/05/2010.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortes Editora, 1982.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita:** uma perspectiva psicolingüística. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** São Paulo: Brasiliense, 15. Ed. 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PINHEIRO, Tatiana. Mikhail Bakhtin: o filósofo que deu vida à linguagem. **Revista Nova Escola,** São Paulo, ano XXIV, n. 224, p. 34/36, agosto 2009.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 2002.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola.** 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.